

XII-054 - POLÍTICA DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA E BEM ESTAR DA POPULAÇÃO ATINGIDA: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE TABOQUINHA, DISTRITO DE ICOARACI - BELÉM/PA

Flávia França da Silva⁽¹⁾

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Nilcilene Luz Silva

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Rodrigo Silvano Silva Rodrigues

Técnico em Edificações. Graduando do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental (UFPA).

Endereço⁽¹⁾: Passagem Menino Deus, 176 – Agulha (Icoaraci) - Belém - Pará - CEP: 66811-040 - País - Tel: +55 (91) 9995-2246 - e-mail: flaviafranca_ufpa@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo busca compreender os motivos que compelem a execução inadequada da política de habitação, tomando como referência o estudo de caso da comunidade Taboquinha.

A Comunidade Taboquinha está localizada no Distrito Administrativo de Icoaraci, pertencente ao município de Belém, no estado do Pará. Segundo a Companhia de Habitação do Estado do Pará, o projeto de intervenção urbanística, com ênfase na habitação, atenderá 1.410 famílias, com previsão de remanejamento/indenização de 846 famílias. As famílias atingidas são as protagonistas deste estudo, pois são elas diretamente impactadas, principalmente, sobre as condições de saúde mental e social.

As entrevistas revelaram que, em geral, os remanejados possuem renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo. A maioria dos remanejados moravam em casas de madeira do tipo palafitas com um único cômodo.

Os remanejados habitavam o local a mais de 8 anos e foram reassentados no mesmo local ou em áreas próximas. A política de reestruturação do espaço urbano, quando implantada corretamente, tende a alterar a realidade física local, principalmente quanto à habitação, levando maior qualidade de vida à população.

Compreende-se como uma boa implantação da política, a garantia não somente da habitação, como também um conjunto de equipamentos e serviços de infraestrutura, transporte público e nível de renda suficiente para aquisição de água e energia, propiciando a permanência das famílias nas áreas infraestruturadas e garantindo eficácia e eficiência nos serviços promotores de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: infraestrutura urbana, reestruturação urbanística, políticas públicas, taboquinha, bem estar populacional.

INTRODUÇÃO

As políticas de reestruturação do espaço urbano estão pautadas em interesses políticos e econômicos, que visam, de um lado, garantir o mínimo de direitos por parte das políticas públicas implementadas e, de outro, visam não comprometer os interesses do setor imobiliário e de outros grupos econômicos envolvidos no processo.

A origem do problema habitacional no Brasil está pautada no inchaço populacional das cidades, decorrente da expulsão do pequeno agricultor pelos grandes latifundiários, através da expropriação de terras e pela impossibilidade de concorrência de preços com a produção em larga escala, latifundiária; bem como, pela progressiva substituição de mão-de-obra humana pelas máquinas de colheita e plantio, que empurraram as famílias do campo para as áreas urbanas atraídas pela maior possibilidade de emprego, acesso a educação e saúde. Estes fatos, entre outros que ainda serão abordados, foram responsáveis pelo quadro atual de favelização e ocupação de área insalubres próximas às encostas, canais e igarapés.

Essas famílias que migraram do campo para as cidades não foram absorvidas pelo mercado de trabalho, pois não dispunham de mão-de-obra qualificada ficando sempre à margem dos grandes centros e sendo expulsas para áreas cada vez mais afastadas, à medida que essas áreas vão se valorizando e se integrando ao centro das cidades, em decorrência do interesse do capital privado para implantação de serviços. “À medida que as cidades

crescem, expandem-se com elas a especulação imobiliária e deste modo também crescem a necessidade de novas áreas a serem ocupadas e urbanizadas e a participarem do mercado” (Silva, 1996).

O deslocamento das famílias para área cada vez mais distantes e de infraestrutura precária, ocorre por que, normalmente, as famílias não acompanham o desenvolvimento local, devido à situação de desemprego e subemprego a que estão sujeitas. E o espaço urbano vai sendo apropriado pelo capital privado e com o apoio do Estado que impõe obrigações civis, como a cobrança de impostos, dentre eles, o IPTU, a taxa para consumo de água e a obrigatoriedade do pagamento de energia elétrica, à medida que a cidade vai se expandindo e agregando valor imobiliário às áreas anteriormente desprestigiadas.

Entretanto é de conhecimento tanto popular quanto científico, que em sua grande maioria, as famílias que residem em áreas de ocupação, assentamentos e favelas, não dispõem de recursos suficientes para a aquisição de água e energia elétrica, passando a adquiri-las na ilegalidade, através de “gatos” de água e energia.

Diante dessas condições de vida, de exclusão, segregação e abandono, que geram diversos danos à saúde física, social e principalmente ambiental, decorrentes da falta de infraestrutura adequada, como saneamento, drenagem e minimamente coleta de lixo, podem provocar doenças como a leptospirose, lombricóides, micoses, etc., que demandam maiores investimentos à saúde pública. Ao que se refere às implicações sociais, cabe aqui mencionar o estigma a que essas pessoas estão sujeitas de morar em áreas de infraestrutura precária, onde o índice de violência é bem elevado em decorrência da marginalização. E quanto aos problemas ambientais, destaca-se o destino inadequado dos dejetos e efluentes em igarapés, canais e rios, por conta tanto de uma ineficiência na educação sanitária e ambiental, quanto por políticas interventivas igualmente ineficientes que não possibilita a população dar o destino adequado a seus rejeitos.

Há medida que os problemas urbanos foram se agravando, e a sociedade civil passou a se organizar para reivindicar do poder público, ações para solucionar o problema habitacional, problema que até a década de 70, era compreendido pelas ciências sociais, como uma escolha do indivíduo, isto é, havia uma individualização dos problemas que hoje são compreendidos como sociais, como: situação de miséria, desemprego, moradia, etc., ou seja, são expressões da questão social decorrentes do modo de produção capitalista.

Os movimentos sociais urbanos das décadas de 70 à 80, contribuíram significativamente, para introdução de vários direitos sociais à constituição federal de 1988. O ano de 1990 foi marcado pela intensificação da organização popular, em decorrência dos fóruns de debate, sobre a questão da moradia, que propiciaram a construção de diagnósticos sociais e propostas de enfrentamento à problemática habitacional, dando bases para a intervenção do poder público (Alves, 2006).

Segundo o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), em 2009, o direito à moradia está amparado legalmente por vários acordos internacionais, entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que prevê no Artigo 2º do Capítulo I, uma articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que reconhece que toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequada, tendo como núcleo central a preservação do direito à saúde e do direito à níveis adequados de moradia, vestimenta e alimentação. Mas infelizmente tem-se verificado que a crise habitacional, assim como a de transporte, saneamento, entre muitos outros, só se constitui problema quando afeta a produção ou reprodução da força de trabalho (Silva, 1989).

Embora o Estatuto das Cidades, aprovado em 1999, com o intuito de combater a especulação imobiliária, a fim de garantir moradia à população que não dispõe de condições mínimas de salubridade no ambiente do lar, o uso indevido do solo ainda persiste, principalmente no estado do Pará onde há grande concentração de terras.

O Quadro 1 mostra a necessidade da efetivação de políticas de reestruturação do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Quadro1. Estimativa da população residindo em assentamentos precários em áreas urbanas. *
Município da RMB, Região Norte, 2000.

Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Pessoas em Assentamentos Precários (A+B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários
Ananindeua	93.928	79.419	173.347	391.041	44,33
Belém	447.915	205.039	652.954	1.268.230	51,49
Benevides	0	16.404	16.404	22.251	73,72
Marituba	38.486	15.929	54.415	71.319	76,30
Santa Bárbara do Pará	0	3.952	3.952	3.952	100,00
Total da RMB	580.329	320.743	901.072	1.756.793	51,29

Fonte: Elaboração CEM/CEBRAP a partir do Censo Demográfico IBGE (2000). *Inclui setores em área rural de extensão urbana.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças. A saúde passou, então, a ser um valor a ser preservado coletivamente e não somente pelo indivíduo. Nesta perspectiva, também se pode abordar de que forma a implementação de políticas de reestruturação do espaço urbano podem afetar a saúde dos envolvidos nessas ações.

A Comunidade Taboquinha está localizada no Distrito Administrativo de Icoaraci, pertencente ao município de Belém, no estado do Pará. Segundo a COHAB (2009), o projeto de intervenção urbanística, com ênfase na habitação, atenderá 1.410 famílias, com previsão de remanejamento/indenização de 846 famílias.

O projeto Taboquinha foi iniciado em 2008 e a inauguração do primeiro prédio de apartamentos aconteceu em fevereiro de 2010, porém, a estimativa de conclusão é para o mês de abril de 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

O processo metodológico deste estudo exploratório está dividido em seis etapas:

1. Levantamento bibliográfico;
2. Observação de campo;
3. Entrevista com técnicos responsáveis pela execução do projeto;
4. Entrevista com integrantes das famílias envolvidas;
5. Aplicação de questionário;
6. Análise dos dados.

No levantamento bibliográfico buscaram-se informações relevantes à elaboração do estudo proposto.

As visitas de campo visaram obter conhecimento acerca de vivências específicas que ocorrem na área de estudo, viabilizando uma abordagem a mais precisa possível da questão.

Nas entrevistas realizadas e nos questionários respondidos por Assistentes Sociais responsáveis pela execução do projeto foram levantadas informações sobre as diferentes etapas do mesmo, já que se tratam de profissionais que estiveram presentes no desenvolvimento das ações dessa política de reestruturação deste espaço urbano.

As famílias atingidas são as protagonistas deste estudo, pois são elas diretamente impactados, principalmente, sobre as condições de saúde mental e social, daí a opção de utilização de questionários e entrevistas gravadas para o levantamento de suas necessidades, carências e histórias.

Na análise dos dados obtidos serão realizadas distinções em busca de respostas aos questionamentos propostos, assim como serão sistematizados os resultados obtidos e as principais considerações.

As etapas metodológicas são importantes, dada a necessidade de compreensão acerca das influências decorrentes da implementação de políticas de reestruturação urbanística sobre o bem-estar das famílias atingidas, quanto à qualidade de vida, com ênfase sobre as condições de saúde.

RESULTADOS E DISCURSÕES

As famílias atingidas são as protagonistas deste estudo, pois são elas diretamente impactadas, principalmente, sobre as condições de saúde mental e social. As entrevistas revelaram que, em geral, os remanejados possuem renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo. A maioria dos remanejados moravam em casas de madeira do tipo palafitas com um único cômodo. Os remanejados habitavam o local a mais de 8 anos e foram reassentados no mesmo local ou em áreas próximas.

Os remanejados, relacionando com a situação anterior, compreendem que atualmente estão em melhor situação habitacional, embora ainda não considerem a situação ideal. A maior dificuldade constatada no decorrer das entrevistas está relacionada às questões econômicas, por exemplo, famílias que vivem com um salário mínimo e pagam mais de R\$ 100,00 (cem reais) por mês no consumo de energia elétrica, considerando que a quantidade de objetos eletrodomésticos é baixa.

Outro aspecto, diz respeito à discrepância dos valores das tarifas cobradas, ou seja, estas variam de R\$ 3,00 (três reais) até valores muito elevados, apesar do consumo de energia ser muito baixo, indicando possíveis falhas nas instalações elétricas das unidades habitacionais ou problemas vinculados à indefinição das faixas de isenção ou diferenciação das taxas a serem cobradas pelo órgão distribuidor da energia na cidade de Belém. Existem interrupções no fornecimento de água, que segundo os entrevistados chegam a um período de uma semana. Foram relatados, ainda, casos de enchentes nos apartamentos do piso inferior do prédio com a ocorrência de chuvas fortes.

Embora havendo um estudo prévio sobre as características sociais da comunidade, não se considerou que a área apresenta grande fluxo de veículos de grande porte (carretas e caminhões) que poderiam causar danos às estruturas das habitações; segundo constatado na pesquisa de campo, após oito meses de inauguração, existe habitações com grandes rachaduras.

Outro importante questionamento, levantado a partir das entrevistas com os remanejados, diz respeito à necessidade de áreas de lazer, sobretudo para as crianças, pois as áreas que foram destinadas para estas atividades são limitadas e não comportam a quantidade de crianças, fazendo com que as mesmas frequentem espaços inadequados.

A política de reestruturação do espaço urbano, quando implantada corretamente, tende a alterar a realidade física local, principalmente quanto à habitação, levando maior qualidade de vida à população. Compreende-se como uma boa implantação da política, a garantia não somente da habitação, como também um conjunto de equipamentos e serviços de infraestrutura, transporte público e nível de renda suficiente para aquisição de água e energia, propiciando a permanência das famílias nas áreas infraestruturadas e garantindo eficácia e eficiência nos serviços promotores de saúde. Porém, contraditoriamente, quando essas políticas são executadas incorretamente afetam as condições sociais e econômicas dos remanejados e, a logo prazo, causam danos à saúde dos indivíduos envolvidos.

Finalmente, foram constatados problemas relacionados à má qualidade construtiva das unidades habitacionais inauguradas e quanto ao sentimento de insegurança dos usuários em ocupar essas unidades que apresentam problemas técnicos.

Foi estabelecido pelos gestores do projeto que o prazo mínimo para a venda do imóvel é de 5 (cinco) anos, com a justificativa de que dessa forma seria garantida a permanência das famílias nas áreas infraestruturadas, evitando, desta forma, a ocupação de outras áreas insalubres, sem condições, portanto, de habitabilidade.

Contudo, os fatos já constatados, de precariedade no padrão construtivo das habitações e a cláusula contratual de impossibilidade de venda do imóvel, geram, em muitas famílias, um sentimento de insegurança, agravado pelas dificuldades financeiras que as mesmas apresentam.

Segundo a fundação João Pinheiro, responsável pela medição de índices de habitação no Brasil pode-se considerar como déficit habitacional, a coabitação, isto é, o compartilhamento da mesma casa por mais de uma família, a precariedade na construção de moradia e a carência de infraestrutura. Desta forma, pode-se observar que embora as famílias contempladas pelo projeto, tenham melhorado suas condições habitacionais, elas continuam sob situação de déficit habitacional.

CONCLUSÃO

Os problemas aqui apresentados com respeito às dificuldades de permanência dos remanejados nos locais já infraestruturados, não se restringem a este projeto, mas a outros projetos habitacionais, que também foram pensados dentro da lógica de interesse do capital privado. Como pode ser constatado em visitas e entrevistas realizadas em outros campos de execução da política habitacional, como a Secretaria de Habitação (SEHAB), responsável pelo gerenciamento do projeto vila da barca, onde foi colocado pela presidente da secretaria que o direito a habitação é garantido, mas as condicionais para que elas se mantenham no local é uma questão que foge da competência dos órgãos executores.

Concluimos ser muito difícil, garantir qualidade de vida e a permanência dessas famílias nos espaços já infraestruturados, quando não se oferece condições para que essas famílias custeiem suas necessidades básicas e suas obrigatórias civis (impostos), inerentes a legalização e infraestruturação dos novos espaços de moradia. Sendo assim, compreendemos ser indispensável se pensar políticas integradas ao direito à habitação, que promovam de forma eficazes a inserção dessas famílias no mercado de trabalho, possibilitando, desta forma, sua permanência.

No âmbito da análise técnica, prioritariamente da engenharia, não foi possível documentar os problemas relatados durante as entrevistas, devido a não autorização advinda dos responsáveis locais pela execução do projeto. Certamente, esta documentação (fotográficas) possibilitaria um argumento mais direcional na análise de patologia de construções, sendo elas de fins estruturais ou até nos diversos tipos de instalações residenciais.

É certo que entre os entrevistados existe desconforto devido a sensação de se sentirem presos ao ambiente que seria tido como lar, pois os mesmos demonstram insegurança com relação as condições de infraestrutura na moradia. Os moradores estão ligados ao projeto de reestruturação urbanística não podendo vender as residências num período de 5 anos. O questionamento levantado é quanto ao bem estar que este tipo de projeto deveria proporcionar a seus remanejados, porém, devido a questões políticas e econômicas, a má implantação ou a necessidade de estudos preliminares mais contundentes, acabam sendo potencialmente prejudiciais ao bem estar de seus “beneficiados”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COHAB. Companhia de Habitação do Estado do Pará. Comunidade Taboquinha – Planta Geral de Urbanização e Seções Esquemáticas de Vias. Belém, 2009.
2. SILVA, O. R. et al. Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Movimentos sociais urbanos e a luta pela moradia. Belém: Graphitte Editora, 2009.
3. OMS. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <www.who.int/>. Acesso em 15 de julho de 2010.
4. PEREIRA, J. A. R. et al. Saneamento ambiental em áreas urbanas – Esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. – Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.
5. MEDEIROS, Liliane de Fátima Correa. A valorização do espaço e a especulação imobiliária: As dificuldades de acesso a moradia pela população de baixo poder aquisitivo no entorno da rodovia Augusto Montenegro em Belém do Pará. Universidade Federal do Pará; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Faculdade de Serviço Social. Belém-PA, 2008.
6. ALVES, Edivania Santos. Terra Firme, a emergência pelo direito a terra aos projetos de cidade: história de sonhos e luta (1987 – 1994). Instituto de Filosofia e ciências humanas. Faculdade de história. Programa de especialização em história social. Belém-PA, 2006.
7. SILVA, Maria Ozanira da Silva. Política Habitacional Brasileira: verso e reverso. Belém-PA: Cortez Editora, 1989.